

APOIOS DO ESTADO

Contabilistas denunciam pressão da banca para darem falsas declarações

Bastonária da Ordem dos Contabilistas (OCC) diz ter mais de 90 queixas sobre pressões da banca para que os contabilistas prestem falsas declarações acerca das quebras de faturação, que dão acesso às linhas de crédito. Garante que as provas seguem para o Ministério Público.

CATARINA ALMEIDA PEREIRA
catarinapereira@negocios.pt

A bastonária da Ordem dos Contabilistas Certificados, Paula Franco, afirma que recebeu mais de 90 queixas por parte de contabilistas que estão a ser pressionados pela banca a prestar falsas declarações sobre quebras de faturação dos seus clientes de 40% ou mais, quando esta quebra não se verifica. O objetivo, segundo explica, é permitir que as empresas acedam indevidamente à linha de crédito de mil milhões de euros para micro e pequenas empresas, que tem garantias do Estado, mas que exige, precisamente que tenham sido registadas quebras de faturação de pelo menos 40% entre março e maio.

A denúncia desta situação “grave” foi feita publicamente pela bastonária esta quarta-feira à tarde durante a chamada “reunião livre”, uma conferência que a OCC organiza semanalmente para esclarecer as dúvidas dos contabilistas. O vídeo está integralmente disponível no YouTube. “Temos conhecimento de que se está a passar algo que acho perfeitamente inaceitável, que é os bancos estarem a pedir aos contabilistas para fazerem o jeitinho – peço desculpa pela expressão, mas é mesmo esta a expressão que já vi

ser usada por bancos – de passar estas declarações mesmo quando as empresas não apresentam esta quebra de faturação”, disse Paula Franco.

“Chamo a atenção aos contabilistas certificados de que se vierem queixas destas para a OCC os casos serão levados a Conselho Disciplinar, serão consideradas falsas declarações e será considerado um erro grave do ponto de vista profissional”, acrescentou.

Questionada pelo Negócios depois da conferência, Paula Franco reiterou que alguns destes pedidos foram feitos por escrito. “Temos provas. Claro que a maior parte deve estar a ser pedida por telefone mas há casos por escrito.”

A bastonária refere que o processo está em fase de sigilo, mas garante que fará chegar as provas ao Ministério Público. “Falsas declarações neste âmbito é crime público.” Questionada sobre a dimensão do problema, Paula Franco respondeu que já chegaram à OCC queixas relacionadas com diferentes bancos. “É generalizado. Não digo que seja de todos mas já me chegaram queixas de mais do que um” banco, afirma, sem os identificar.

Questionada pelo Negócios sobre o que fará perante esta denúncia pública, a Associação Portuguesa de Bancos (APB) respondeu através de fonte oficial que “não faz comentários porque não tem conhecimento destas situações”. O Ministério da Economia não explicou em tempo útil que mecanismos de fiscalização existem e se abrangem todas as empresas.

Falsas declarações para conquistar clientes

Na conferência transmitida online, a bastonária acrescentou ainda que há contabilistas que estão a disponibilizar-se a prestar falsas declarações com o objetivo de conquistar clientes. “Muitas destas situações estão a ser efetuadas para trocar de contabilista, isto é, roubar clientes a outros colegas”, disse.

Ao longo da conferência Paula Franco aconselhou os contabilistas a resistirem à pressão dos clientes e dos bancos. “Se emitirmos [a declaração] é a dizer qual é a quebra de faturação e o banco que decida. Portanto se é 30% é 30%, se é 20 é 20 e é isso que devemos escrever. Agora dizer que atinge 40% sem ser verdade, é gravíssimo e nem vejo como é que, pelo que tenho percebido, tantos colegas estão a cair nesta situação.”

Nova linha para micro e pequenas empresas

Na quarta-feira passada, 5 de

Há contabilistas que aceitam assinar as falsas declarações para conquistarem novos clientes, diz também Paula Franco.

agosto, a SGPM, entidade pública que presta as garantias financeiras a favor das empresas, anunciou a abertura de candidaturas à Linha de Apoio à Economia Covid-19, com uma dotação de mil milhões de euros, dirigida a micro e a pequenas empresas.

Para se poderem candidatar, estas “terão de apresentar uma quebra abrupta e acentuada de pelo menos 40% da sua faturação, e não poderão ter beneficiado das anteriores linhas de crédito com garantia mútua criadas para apoio à normalização da atividade das empresas, face ao surto pandémico da covid-19”, lê-se no comunicado da entidade gestora. O documento também refere que, de forma a garantir a “disponibilização mais rápida do valor do empréstimo” às empresas, foram “introduzidas melhorias”, como a formalização da contratação das operações aprovadas, que “é assegurada integralmente pelo banco”.

Na resposta a um pedido de comentário geral sobre o papel destas linhas para os bancos, Filipe Garcia, analista da IMF – Mercados Financeiros, considera que “estas linhas aparecem porque fazem falta”. “Por toda a Europa os bancos são os veículos de transmissão da política monetária e de alguma parte da política fiscal. Sendo intervenientes [os bancos] têm de ter incentivos: o incentivo é fazer o seu negócio.” Neste caso “um negócio que tem um risco mais reduzido, que mantém o cliente e que reduz o risco de estas empresas terem problemas”.

“

Temos conhecimento de que se está a passar algo que acho perfeitamente inaceitável, que é os bancos estarem a pedir aos contabilistas para fazerem o jeitinho (...) de passar estas declarações mesmo quando as empresas não apresentam esta quebra de faturação.

PAULA FRANCO
Bastonária da Ordem dos Contabilistas Certificados

A APB não faz comentários porque não tem conhecimento destas situações.

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA

DE BANCOS
Fonte oficial

”



Miguel Baltazar

Quebra de faturação é critério para vários apoios

A linha de crédito lançada na semana passada não é a primeira medida de apoio às empresas que exige uma quebra de faturação igual ou superior 40%. Este tornou-se, na verdade, um critério generalizado de acesso aos apoios do Estado. Os mecanismos de fiscalização descritos nos diplomas variam muito.

O lay-off simplificado, que chegou a 114 mil empresas (e 877 mil trabalhadores), começou por exigir uma quebra "abrupta e acentuada de, pelo menos, 40% da faturação" que, em alternativa a outros critérios, devia ser comprovada "mediante declaração do empregador conjuntamente com certidão do contabilista certificado". O decreto-lei admitia a possibilidade de fiscalização "a posteriori" pelas "entidades públicas competentes", podendo então ser requeridos diversos documentos.

Ao lay-off simplificado seguiu-se o chamado "apoio extraordinário à retoma progressiva", disponível desde o início do mês, que tem mais encargos para o empregador e só financia situações de redução de horário (e não de suspensão de contrato). Continua a exigir "uma quebra de faturação igual ou superior a 40%", embora aponte mecanismos de fiscalização potencialmente mais rigorosos: nos termos do decreto-lei os serviços devem remeter à Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) a identificação das entidades e a quebra de faturação. O objetivo, caso haja divergências, é que a Segurança Social exija a reposição dos montantes.

O chamado incentivo à normalização da atividade empresarial, um apoio do IEFP, dirige-se às empresas que estiveram em lay-off. A isenção do pagamento por conta de IRC também depende de uma quebra de 40%. No caso das empresas com mais de 50 trabalhadores o deferimento das contribuições à Segurança Social dependeu de "uma quebra de, pelo menos, 20% da faturação comunicada através do e-fatura". ■ CAP



A denúncia da bastonária da Ordem dos Contabilistas Certificados foi feita publicamente numa conferência, esta quarta-feira.

negócios

FIM DE SEMANA

Sexta-feira, 14 de agosto de 2020 | Diário | Ano XVI | N.º 4307 | € 2,90
Diretor **André Veríssimo** | Diretor adjunto **Celso Filipe**

Contabilistas acusam banca de pressões para falsear declarações

Bastonária diz ter mais de 90 queixas de pressões para falsear quebra de faturação de 40% e assegurar acesso a linhas de crédito com garantia do Estado | **Diminuição** das receitas é critério em vários apoios | **Provas** vão seguir para o Ministério Público

ECONOMIA 14 e 15

OS MAIS PODEROSOS 2020



#21

João Leão saiu da sombra de Mário Centeno para a ribalta, com o desafio de impor o seu poder nas Finanças.



#22

Da política aos negócios, José Luís Arnaut está nos principais palcos que contam na sociedade portuguesa.

PODEROSOS 4 a 11

Entrevista a João Sardinha

O regresso do emigrante acaba por ser um mito



Retrato das grandes famílias

Queiroz Pereira: a longa corrida de PêQuêPê



Weekend negócios

W

Não é deputado quem quer

Semestre foi o melhor em negócios desde 2008

MERCADOS 22 e 23

ANA com luz verde para descer taxas em 70%

EMPRESAS 21

Gesto e Caetano Bus querem levar hidrogénio verde aos transportes

EMPRESAS 18 e 19

Montepio paga para resgatar navio Astoria parado em Londres

EMPRESAS 20

Lesados da PT vão ser ouvidos no Parlamento em setembro

HOMEPAGE 2

Publicidade



BOMBAS E VÁLVULAS

4 milhões de euros por ano fabricados em Portugal!

> A nossa tecnologia. O seu sucesso
Tel.: 210 112 300 • www.ksb.pt



Referências Multibanco para a sua Empresa
www.ifthenpay.com



Publicidade